CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 2 E 3 DE FEVEREIRO DE 2017

Nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 24ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com os seguintes pontos de pauta: Apresentação das Conselheiras e dos Conselheiros do mandato 2016-2018; Eleição da Mesa Diretora e Presidência (Presidente e Vice-Presidente) do CNDH para mandato 2016-2018; Informe sobre reunião da Subcomissão dos Programas de Proteção, no âmbito da Comissão Permanente Defensores de Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais; Informe sobre a participação do CNDH na Audiência com moradores do Jardim Independente I em Altamira/PA (GT Belo Monte-Belo Sun); Informe sobre a participação do CNDH na Missão de visita ao Sistema Prisional de Manaus/AM; Informe sobre a participação do CNDH na Audiência Pública do MPF sobre direitos da população em situação de rua; *Referendum* da Nota Pública do CNDH sobre Massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), Manaus-AM; Aprovação do Relatório sobre Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco; Aprovação do Relatório Parcial sobre população atingida pelo Projeto de instalação da Mineradora Belo Sun (GT Belo Monte-Belo Sun); Reorganização das Comissões Permanentes – Composição e Coordenação; Aprovação do Calendário de Reuniões 2017 e Planejamento Biênio 2016-2018 – Definição de temas e ações prioritárias.

Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Darci Frigo (Presidente eleito do CNDH e representante da Plataforma Dhesca Brasil); Flávia Piovesan (Secretaria Especial de Direitos Humanos); Sílvio Albuquerque (Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos); Francisco Nóbrega (Defensoria Pública da União – DPU- suplente); Deborah Duprat (PFDC); Carlos Magno (Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros - ABGLT); Julian Vicente Rodrigues (Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH); Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua – MNPR); Gilberto Vieira dos Santos (Conselho Indigenista Missionário – CIMI); Ismael José César (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Tchenna Maso (Associação Nacional de Atingidos por Barragens – ANAB); Leonardo Pinho (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil- UNISOR Brasil); Camila Asano (CONECTAS); Marco Antônio da Silva Souza (Movimentos de Meninos e Meninas de Rua); Nívia Mônica da Silva (Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União); Frederico Coutinho (Secretaria Especial dos Direitos Humanos); Paulo Roberto Maldos (Conselho Federal de Psicologia –CFP); Iara Gomes (Intervozes); Pedro Saldanha (Ministério das Relações Exteriores – MRE); Melina Bordone de Siqueira (Ministério da Justiça e Cidadania, suplente); Diana Calazans Mann (Polícia Federal); Clarice Gomes de Oliveira (Ministério da Justiça e Cidadania). A reunião teve também a presença dos representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH) e dos participantes: Bárbara Coloneise (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) e Alexandre Ferraz (CUT).

A Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, fez a abertura da reunião, assumindo a condução dos trabalhos até a eleição da presidência, vice-presidência e mesa diretora do novo biênio 2016-2018. Deu-se então início as apresentações dos conselheiros e conselheiros presentes. Logo após, a Secretária Flávia Piovesan leu juntamente com os presentes, os pontos pertinentes do regimento interno do CNDH referentes às competências do Conselho e às determinações das

eleições da presidência, vice-presidência e mesa diretora. As chapas são apresentadas, sendo para a vice-presidência pelo Estado, a Defensoria Pública da União (DPU), na pessoa da Fabiana Severo Galera (e do Francisco Nóbrega como suplente), e para a mesa diretora a Conselheira Débora Duprat (PFDC/MP), Secretária Flávia (e Secretário Silvio) da SEDH. A sociedade civil apresentou a candidatura de Darci Frigo (Plataforma Dhesca Brasil) para a presidência, e Leonardo Pinho (UNISOR Brasil) e Sandra Carvalho (Justiça Global) para a mesa diretora. Sem retificações a presidência, vice-presidência e mesa diretora foram eleitas. O Presidente eleito do CNDH Darci Frigo assumiu a condução da 24ª Reunião Ordinária agradecendo **"***a confiança e o apoio para presidir esse conselho que nos traz, vamos dizer assim, um desafio muito grande e grande responsabilidade, que eu entendo que nós, como diz o próprio regimento, mas como no entendimento político, nós vamos fazer a gestão do conselho com uma mesa diretora, como um coletivo, dividir as tarefas dentro desse espaço do coletivo da mesa diretora, e obviamente com esse plenário e as comissões. Vai ser a colaboração de cada um e de cada uma que vai permitir que a gente possa seguir no rumo que a gente construiu nos primeiros dois anos desse conselho e poder a partir daí ser realmente um espaço público aonde nós vamos procurar proteger, defender, procurar reparar e procurar promover os direitos humanos no nosso país, que acho que é a nossa grande missão. Obviamente não vou ser um presidente como a nossa presidente anterior, enfim, tocou as coisas, nós vamos tocar de acordo com as nossas possibilidades e os nossos limites. Por isso, eu entendo que no ponto de vista da gestão nós vamos construir isso na gestão coletiva da mesa. Eu estou em Curitiba e não estou tão próximo aqui da Capital e nós vamos trabalhar justamente para poder construir todas as tarefas do conselho de forma não haver nenhum tipo de descontinuidade dos trabalhos. Eu entendo que como a gente vinha discutindo ao longo do tempo que esse conselho, ele tem um lugar especial dentro da República, dentro do país, dentro do Estado, dentro da sociedade, portanto ele não é um conselho nem de governo, nem propriamente só do Estado, nem é uma rede da sociedade civil, um coletivo da sociedade civil, ele é genuinamente um espaço público, construindo essa ideia de ser realmente um espaço público com maior autonomia. Nesse sentido, nós vamos ter que trabalhar para que esse conselho, ele realmente possa interagir e também incidir sobre todas as esferas por exemplo do poder público, então não é só sobre o governo. Se esse conselho ele se debruçar só sobre as questões do poder executivo e priorizar, embora que no momento tenhamos questões graves no campo das medidas e ações que o poder executivo está tomando pela excepcionalidade do momento que a gente vive, mas a autonomia ela vai ser construída e vai ser percebida pelo Estado, quando nós justamente fizermos a incidência sobre também o Legislativo, sobre o sistema de justiça, sobre os agentes privados no âmbito da sociedade e interagirmos com a sociedade civil para poder realmente colocar o conselho no seu devido lugar. O conselho não tem condições de atender todas as denúncias, todas as demandas que aparecem inclusive no seu âmbito, ele deve justamente escolher estrategicamente quais demandas que ele vai atuar, e as comissões são um filtro importante e a mesa também é um filtro importante, mas as comissões elas são um espaço importante, e ali é que se constroem decisões que vão se transformar em missões, vão se transformar em relatórios, vão se transformar em decisões, em resoluções e os seus desdobramentos como já vimos em vários relatórios, acho que o relatório mais emblemático de Belo Monte ele nos trouxe uma série de legados e lições que nos ajudaram justamente a construir. Nós poderíamos ter adotado outras posições naquele momento mais duras com relação ao poder executivo, e o conselho poderia simplesmente ter perdido sua oportunidade histórica e de se colocar no campo dos direitos humanos por não ter medido a mão na hora de fazer a sua tomada de decisão. Então, o acerto, a pertinência das tomadas de decisões que vamos adotar aqui, elas devem estar justamente dirigidas nesse sentido que eu falei agora para todos esses âmbitos, mas ao mesmo tempo o conselho não é o Estado brasileiro que vai resolver todos os problemas. Ele*

[o conselho] deve ser um articulador de ações e ele deve cobrar, nós temos até os mecanismos de sanções, nós temos uma resolução para isso, mas não é o medo que deve gerir a nossa ação, é justamente a proteção dos direitos humanos, mas nós temos esse papel também de, ao usarmos casos exemplares, situações emblemáticas, cobrar daqueles que tem responsabilidade pública para que de fato se preocupem e efetivem os direitos humanos no nosso país. Lembro bem no inicio nas três ou quatro gestões de ministros que apareceram aqui, a gente sempre repetiu uma coisa de que tanto a Secretaria de Direitos Humanos dentro do Estado como esse conselho, eles são espaços que devem produzir transversalmente tensionamentos dentro do Estado para que o Estado realmente cumpra os direitos humanos. Então, as pessoas que estão aqui não estão aqui agradar gestores públicos para atender interesses partidários, oligárquicos ou de qualquer natureza, eles estão aqui justamente para poder levar a frente a efetivação dos direitos humanos e enfrentar os problemas graves e massivos de violações de direitos humanos que acontecem no nosso país. Então, esse papel de tensionamento ele é um papel, com eu falei primeiro, que ele deve ser medido, mas ao mesmo tempo a gente tem que ter firmeza, a gente tem que ter coragem para realizá-lo, seja perante o Supremo Tribunal Federal, seja perante o Parlamento, mas também frente ao poder Executivo. Se nós quisermos realizar essa missão que nós temos, eu acredito, que nós temos de articular aquilo que nós chamamos nos debates de um certo Sistema Nacional de Direitos Humanos, a articulação dos conselhos estaduais de direitos humanos, a articulação com as comissões de direitos humanos dos parlamentos. A articulação com as redes de direitos humanos são importantes braços que o conselho pode ter, justamente para ampliar a sua atuação em âmbito nacional, mas também a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal ou a PFDC como espaços institucionais que já existem, a própria Secretaria de Direitos Humanos que nós aqui do conselho podemos demandar porque ela tem uma serie de missões, uma serie de atribuições também, são espaços especiais para o avanço e para a implementação de politicas no campo dos direitos humanos. Eu creio que para realizar, obviamente, essa tarefa nós vamos ter de contar com todos aqui desse plenário, com os suplentes, nós vamos contar com pessoas que vão ser convidadas para as comissões e vamos ter de contar com uma questão, como o Patriota falou duas vezes hoje aqui, vários de nós também já fizeram o referência ao longo das ações do conselho, uma grande capacidade de unidade e superação da divergência, mesmo que a gente considere que somos um conselho de representação muito diversa e isso é rico, do ponto de vista dos direitos humanos no país, mas há lacunas aqui, obviamente, na representação do conselho, nos movimentos de mulheres feministas, de gênero, eles não construíram uma representação específica nessa gestão, nós vamos ter que enfrentar essas questões, as questões relativas aos direitos dos negros, o combate ao racismo, a questão indígena que está posta, o sexismo, todas essas questões nós vamos ter que tê-las na pauta também, além de todas aquelas que foram referidas aqui na hora que cada um fez a sua apresentação. Então, eu entendo que nós vamos dar seguimento a um processo que a gente construiu ao longo dos dois anos, superamos o desafio de dar uma identidade, de dar um lugar na sociedade brasileira para esse conselho e nós temos esse desafio de manter a atuação firme do conselho num período de travessia muito difícil que o nosso país vive em que nós imaginávamos que a democracia poderia ser considerada como uma condição que nós tínhamos já mais ou menos dada para a realização de outras ações na defesa dos direitos humanos e nesse momento ela passa a entrar na nossa agenda de defesa de direitos. Nós temos de defender a democracia efetivamente para que não haja retrocesso aqui ou outros países que nós estamos vendo aqui na nossa América Latina. Então, nós vamos, eu acho, trabalhar aqui, procurando construir a unidade, como fizemos ontem, unindo a sociedade civil, debatendo a agenda para que a gente possa no âmbito da sociedade civil também ter uma construção com uma agenda cada vez mais concertada, mas também aqui dentro uma articulação das pessoas que representam o pode público e a sociedade

civil. Então eu queria agradecer mais uma vez a confiança e contar com o apoio de todos e de todas vocês". Seguindo o próximo item de pauta, sobre os informes ao conselho, a Conselheira Deborah Duprat lembra do relatório de Mariana/MG aprovado na reunião ordinária passada, em que houveram algumas impropriedades a serem revisadas e pede para ser incluído em pauta. A Conselheira Secretária Flávia Piovesan sugere que seja posto na pauta do dia seguinte de reunião ordinária para que todos os conselheiros e conselheiras novas possam estar a par das recomendações. O Conselheiro Leonildo pediu a inclusão de mais um informe sobre a participação do CNDH na Audiência Pública do MPF para a população em situação de rua. O primeiro informe sobre a Reunião da Subcomissão dos Programas de Proteção PROVITA, PPCAM e Defensores foi feito pelo Conselheiro Everaldo Patriota. Falou do GT da SEDH e do porque da subcomissão ter sido criada para analisar as condições de funcionamento desses programas, sobretudo orçamentárias. Números de orçamentos desde 2013 ate 2017 e de beneficiados foram levados para análise de custos. O Conselheiro ainda deu detalhes dos orçamentos de cada programa. Pede para a subcomissão ter acesso ao grupo de trabalho da SEDH. A Conselheira Deborah Duprat indagou como está o andamento da comissão na busca por alternativas aos convênios e formas de repasse de recursos. O problema, segundo o Conselheiro Patriota, continua sendo a forma de conveniamento que envolve a União e o Estado Federado e a falta de padronização de prestações de contas. Deve-se procurar suplementação de recursos, produzir marco regulatório para padronização de prestação de contas, e a não adesão aos atos conveniais estaduais. O Vice-presidente substituto Francisco Nóbrega ressalta a ausência de formas alternativas de proteção a vitimas e defensores. O Estado deve participar na politica de proteção para questão dos convênios e prestação de contas, diz Patriota. A Conselheira Flávia Piovesan informa que a decisão da SEDH para com esses programas foi regularizar os repasses, repensar e aprimorar os programas, o termo convenial parece a SEDH inadequado, que é necessário a parametrização, criar regras mais uniformes e prestação de contas. A Sra. Carol do SEDH informou da preparação de nota conjunta para pedido de suplementação orçamentária até março. Ela encaminhará à Secretaria Executiva a apresentação de power point com informações sobre os beneficiados e orçamentos dos programas. Ela ainda informou que será emitida uma nota conjunta com subsídios da sociedade civil que atua nos três programas para pedido de suplementação orçamentária, além de uma apresentação à Subcomissão do trabalho da SEDH sobre a burocracia do sistema de proteção, especialmente após a publicação da Portaria 434 da CGU. Carol ressalta que o CNDH atuaria no auxílio das conversas com os Estados sobre esses convênios plurianuais. Será feito um relatório final dos programas com a intenção de que se torne uma portaria. O conselheiro Julian acrescenta uma reflexão para a união, o MP e a DPU assumirem os programas, pois a competência organizacional e técnica para os programas faltam às entidades. A conselheira Deborah Duprat ressalta o desafio de pensar a proteção das pessoas do Estado colocando a responsabilidade para o próprio Estado, sendo esse o maior violador de direitos humanos. O conselheiro Patriota encaminha convênio de 4 anos entre entidades e governo dos programas, como também fala sobre o consenso de que o Estado ainda não pode assumir os programas. A Secretária Flavia apresenta que será confeccionado um relatório com balanço do PROVITA e Programa Defensores pela SEDH. A Secretária Executiva do CNDH, Renata Studart, fez os encaminhamentos da subcomissão: reunião da subcomissão com o coordenador do GT da SEDH, proposta de suplementação orçamentaria e nova reunião dia 9 de março. O próximo informe da pauta foi sobre a participação do CNDH na audiência com os moradores do Jardim Independente I em Altamira/PA (GT Belo Monte-Belo Sun), feito pelo Vice-presidente substituto Francisco Nóbrega. Ele deu detalhes sobre a situação que os moradores relataram, que a lagoa do Jardim Independente I, devido ao enchimento dos reservatórios de Belo Monte, subiu de nível e não mais desceu, espalhando lixo e a insalubridade pela falta de saneamento. A solução que o Estado propõe

é o incluir a população no Minha Casa Minha Vida, porém não é viável pelas condições precárias do programa em Altamira. A Norte Energia não reconhece a população do Jardim Independente I como afetada pelo empreendimento de Belo Monte, ao alegar outras razões- o lençol freático- para o enchimento da lagoa. O vice-presidente Francisco encaminha para o Conselho que pedisse informações a SEGOV e a Casa Civil sobre a situação de Altamira e propor soluções para os moradores. Seguindo a pauta, o Conselheiro Everaldo Patriota realizou o informe sobre a Missão de visita ao sistema prisional de Manaus/AM. Ele deu detalhes da visita que contou com a presença da Secretária Flávia, Akemi da SEDH, Irina da Ouvidoria, Bárbara do MNPCT, e Pedro Nogueira da Assessoria de Imprensa. As atividades consistiram em visitar o presidio do Compaj do Anísio Jobim, audiência com o Secretário de Justiça, Encontro com as famílias, Reunião com o sistema de justiça, Encontro com a Defensoria Pública do Amazonas. A Sra. Bárbara Coloneise do MNPCT comentou o encontro do MNPCT com o IML do Amazonas detalhando a situação precária da perícia bem como da confusão de competências do Comitê de Combate à Tortura. A Secretária Flávia Piovesan ressalta o recrutamento das facções dentro das prisões que incentiva o preso a transportar drogas através de familiares a fim de salvaguardar sua vida no presidio e suas impressões com o engajamento da DPU na audiência realizada em Manaus/AM. A Conselheira Deborah Duprat destaca a cultura do encarceramento no judiciário e do Ministério Público. A Conselheira Flávia Piovesan sugere que se faça um relatório conjunto, que se emitam ofícios de recomendação ao sistema prisional do Amazonas e que haja uma politica de segmento. A Conselheira Iara pede que a Comissão de Direito a Comunicação e Liberdade de Expressão esteja em diálogo com a Comissão dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade, visto que a mídia reforça a cultura do encarceramento. O vice-presidente Francisco Nóbrega fez o informe sobre o Mutirão “Defensoria Sem Fronteiras” que conta com a parceria entre DPU, Ministério da Justiça, DEPEN e Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE. Em Manaus será mais abrangente e terá maior numero de defensores públicos, o mutirão terá 10 dias úteis, atenderá toda a VEP e os presos. Medidas alternativas serão trabalhadas no mutirão, bem como atentará às melhorias de infraestrutura. O Conselheiro Julian apresentou uma nota do MNDH sobre os assassinatos e crise do sistema prisional como contribuição ao debate. Na nota, o conselheiro ressalta a questão dos presos provisórios, faz crítica ao sistema de justiça que possui um viés racista e que encoraja o encarceramento, mudança da politica de drogas, mortalidade da juventude negra e dos policiais. Sugere ainda que o conselho se manifeste contra as forças armadas locadas em presídios. A Conselheira Deborah Duprat destaca a presença do psicólogo no sistema prisional no cerne dessa crise, em especial no sistema socioeducativo. O Conselheiro Gilberto (CIMI) lembrou que o problema com os casos de mortes nos presídios existe há bastante tempo como também comentou sobre as revistas vexatórias de famílias, casos de tortura e privatizações de presídios. O Conselheiro Marcos destaca que se deve fortalecer os movimentos que lidam diretamente com a temática e do caso de Crianças e Adolescentes com Pais Encarcerados. A Conselheira Camila (CONECTAS) trouxe em pleno o relatório da ONU sobre o sistema carcerário de Manaus e de outros Estados, alertando o Estado brasileiro da gravidade desde o dia 24/11/16. Solicita que a CONECTAS apresente uma pesquisa sobre o sistema de justiça e tortura na próxima reunião. O Conselheiro Paulo Maldos fala sobre o trabalho do sistema conselhos do CFP no combate ao encarceramento em massa, bem como no debate da redução da maioridade penal. O Conselheiro Patriota apresentou vídeo sobre a transferência dos presos nas celas à tiros. O Presidente Darci Frigo leu as recomendações preliminares sobre o sistema prisional de Manaus e foi aprovado em pleno. Conselheiro Patriota informa que o Amazonas está sem Conselho de Direitos Humanos há 1 ano. O Conselheiro Leonardo diz que é importante que o Conselho se manifeste sobre a privatização de presídios. A Secretária Flávia Piovesan sugere acrescentar a questão de

concursos públicos para novos agentes penitenciários. O Conselheiro Patriota discorda da manifestação sobre as privatizações nesse momento, devido à falta de informações. A Conselheira Deborah Duprat concorda com o Conselheiro Patriota e que a Comissão de Privação de Liberdade deveria pesquisar melhor sobre a privatização. O Conselheiro Ismael (CUT) sugere ressaltar na recomendação sobre as condições de trabalho dos agentes penitenciários. Sobre o próximo item de pauta, o conselho referendou a nota pública sobre o massacre em Manaus já publicada. Seguindo a pauta, o Conselheiro Leonildo fez o informe sobre a participação do CNDH na Audiência Pública do MPF sobre políticas para população em situação de rua, em que surgiram muitas denuncias contra o MP que não atende a população de rua e de falta de segurança. Informou também sobre a produção de um dossiê sobre mortes da população de rua pelos movimentos. O encaminhamento da reunião foi se reunir a cada 2 meses com o MPF. A Conselheira Deborah Duprat reafirma a permanência da Comissão para a População em Situação de Rua. A Conselheira Flávia Piovesan ressalta a presença do CNJ para potencializar as ações do CNDH. A Secretária Executiva Renata Studart apresentou em pleno o e-mail da Ministra Regina nomeada para a cadeira do conselho alegando a impossibilidade de participar e pede para a conselheira Melina (MJ) que leve o caso ao Ministro para conhecimento. O presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME convida todos do conselho a participar do Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental em Florianópolis nos dias 28 a 30 de junho de 2017 e sugere que as pautas de saúde mental entrem em alguma nova comissão ou já existente. A nota sobre a presença das forças armadas em presídios será confeccionada pelos Conselheiros Leonardo e Iara. No próximo item de pauta, o Conselheiro Julian apresentou o relatório da missão ao sistema socioeducativo de Pernambuco destacando pontos das audiências, visitas aos presídios e reuniões da missão realizada juntamente com o CONANDA e da Secretária da Criança e do Adolescente. Deu detalhes também sobre as rebeliões e as condições dos agentes. Os materiais de higiene são levados pelas famílias e permanece a existência de revistas vexatórias. O Conselheiro Patriota complementou as informações do relatório e sugere a mesa diretora que seja marcada uma audiência com o Governador de Pernambuco para apresentar as recomendações. O Conselheiro Julian propõe que as recomendações feitas no relatório do MNPCT sejam incorporadas ao relatório do CNDH. O conselheiro, como relator, ainda leu as recomendações. A Conselheira Deborah Duprat ressalta a atuação conjunta com o CONANDA para pedir à Secretária da Criança e do Adolescente para avaliação do SINASE. A Conselheira Nívia propõe que o CNMP seja alertado sobre a situação e sobre a questão psicológica. O Conselheiro Julian sugere que após a aprovação o relatório com recomendações deveria ser enviado ao Governador e que a Mesa Diretora solicite audiência com o mesmo. A Conselheira Nívia fará a redação da proposta de recomendação ao CNMP a ser aprovado na próxima reunião. O relatório foi aprovado em pleno. Foi incluído na agenda do dia seguinte, a manifestação das forças armadas nos presídios a ser apresentado pelas Conselheiras Deborah e Camila. Houve informe da Secretaria Executiva sobre a questão das passagens e diárias.

No segundo dia de reunião ordinária, o Presidente do CNDH, Darci Frigo, inicia com discussão dos Conselheiros e das Conselheiras a respeito da MP que cria o Ministério dos Direitos Humanos. Secretário Sílvio Albuquerque afirma que a nova reestruturação pode trazer e sugerir maior autonomia na relação entre a Secretaria Nacional e os Conselhos, contribuindo para que haja uma relação mais fluida. O CNDH reforça sua própria institucionalidade e reforça a Secretaria Nacional, sendo o fato um fator fundamental para que a Secretaria readquira atribuições e grau de autonomia e independência como já houve no passado. O CNDH é um fator central no processo. O Conselheiro Patriota solicita deliberação para manifestação a respeito da MP e seus dos desdobramentos. Secretário Sílvio: o nome Secretaria da Cidadania define de maneira imperfeita o trabalho realizado na Secretaria. O Presidente Frigo solicita nota para reforçar a manutenção da Secretaria de Direitos

Humanos e reafirmar a construção dos instrumentos que irão dar autonomia ao Conselho. Convite realizado ao CNDH para acompanhamento da "Operação Castra" em audiência no dia 17/02. São aprovadas notas sobre as mudanças na Secretaria de Direitos Humanos e contra a designação do Exército em ações nos presídios brasileiros. Conselheiro Francisco afirma que foi expedida licença de instalação do Projeto Volta Grande no site da SEMAS na noite de 02/02 contendo recomendações para Belo Sun. Leitura do Relatório de Belo Sun – exposição do contexto sobre o Projeto Volta Grande, recomendações propostas a partir da fala de moradores da região, gravadas em aproximadamente 6 horas de audiência pública, após serem feitas algumas observações. Duas ou três pessoas que estavam presentes na audiência pública pedem a expedição da PLG (Permissão de Larva Garimpeira), que pode ser deferida juntamente com um grande empreendimento. O Conselheiro afirma que seria melhor não tomar providencias com relação a Belo Sun antes de ter acesso à licença de instalação. Com relação ao contexto judicial de Belo Sun existe ação judicial com sentença de procedência – ação do MPF de 2013. Foi ajuizada uma ACP contra a licença prévia por não haver estudos indígenas. Desembargador do TRF 1 manteve a licença com a condição de serem feitos os estudos sobre os impactos indígenas antes da instalação. No dia 30/01 a Defensoria do Estado do Pará entrou com ação contra a licença de instalação pedindo a suspensão do licenciamento em razão da não regularização fundiária do local. Sobre as recomendações, a primeira está prejudicada, podendo ser retomada em março caso ainda não tenha havido a inclusão da PLG como condicionante da Licença de Implementação. Como recomendação prévia à licença incluir a falta de expedição do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para várias famílias. Na licença de instalação e no plano básico ambiental deve haver um plano de vida especifico para as comunidades. A recomendação feita à FUNAI deve ser mais bem debatida. Devido à expedição da Licença de Instalação deve ser feito um redirecionamento das recomendações, após leitura das condicionantes contempladas na LI. O Dr. Patriota recomenda que o Conselho se posicione no mesmo dia com uma recomendação contra Belo Sun, devido principalmente aos impactos que este pode causar. O vice-presidente Francisco afirma que se deve interrogar na petição a ser feita qual a urgência de instalação do empreendimento, que impede de se fazer os estudos corretamente. Adaptar os argumentos e fazer uma recomendação para suspender a licença de instalação expedida no dia 02. Para o Presidente Frigo neste momento o CNDH deve se manifestar para chegar às instâncias judiciais todas as informações referentes à Belo Sun e Belo Monte. O Dr. Francisco explica que a empresa anunciou a expedição da licença antes do órgão licenciador, fazendo com que as ações da Bolsa subissem. Segundo o Dr. Francisco, ainda com relação à Missão Belo Monte e Belo Sun, tratando-se mais especificamente de Belo Sun, houve audiência pública no dia 11/11 em Altamira, contando com a presença da SBPC e com um painel de especialistas para estudar a situação dos ribeirinhos e de seu retorno ao rio Xingu, removidos por conta da instalação do reservatório de Belo Monte. Foi feito um extenso relatório por parte dos especialistas sobre o modo de vida ribeirinho e como o processo de Belo Monte estava eliminando esse modo de vida. Esse estudo feito teve o intuito de demonstrar como todos esses fatos são violações de direitos humanos e que não estava havendo a recomposição do modo de vida ribeirinho e as margens do rio Xingu com sua população originária. O CNDH propôs apoio à criação de uma instancia, denominada de Conselho Ribeirinho – instância deliberativa formada por moradores removidos de suas ilhas e de áreas de margem do rio Xingu, sendo que eles próprios decidiriam quem é ou não ribeirinho, a partir de autoconhecimento. Hoje essa decisão é tomada pela Norte Energia. O Conselho Ribeirinho – respeitando a Convenção 69 da OIT, a qual afirma que as comunidades tradicionais devem ser ouvidas – ouvirá os moradores locais, que poderão confirmar com base no reconhecimento, quem já ali vivia e quem não vivia, para que possam voltar ao rio e retomar seu modo de vida; além disso, poderão dizer quais são os recursos necessários que os

possibilitará recompor a forma de vida anterior ao impacto de Belo Monte. Portanto, deverá o CNDH recomendar ao IBAMA recepcionar dentro do licenciamento o Conselho Ribeirinho, para que ele seja uma instância que se oponha institucionalmente a posição da Norte Energia. Alteração no texto final da recomendação deverá recomendar ao IBAMA a incorporação do Conselho Ribeirinho ao licenciamento. A Conselheira Deborah Duprat afirma que as recomendações devem ser reservadas somente para casos excepcionais, correndo-se o risco de enfraquecer um importante instrumento para o Conselho. A recomendação é colocada em votação e aprovada pelo Conselho. Discussão sobre a organização e coordenação das Comissões Permanentes, além das atribuições em caso de criação de novas comissões. O Presidente Frigo sugere considerar as propostas de novas Comissões, levando em consideração a capacidade do CNDH para incorporá-las. Conselheiro Ismael, da CUT, sugere a constituição de uma Comissão Permanente referente ao universo trabalhista, levando-se em consideração as violações trabalhistas. Conselheiro Leonardo afirma ser fundamental, dada a atual conjuntura referente a reformas trabalhistas e previdenciárias, que o CNDH possa construir uma Comissão Permanente que verse sobre as tentativas de violação dos direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras do país. O conselheiro Patriota relembra ato realizado no Conselho Federal da OAB essa semana (31/01—3/02), com convite a participação de vários segmentos, para afirmar que a Ordem não aceita a Reforma da Previdência como está. Como representante da OAB no Conselho apoia a criação da Comissão e sugere que esta possua um espectro maior, cuidando das violações do universo trabalhista, previdência social e seguridade social. Presidente Frigo sugere nome temporário como Comissão dos Direitos Trabalhistas, Previdenciários e de Seguridade Social. Conselheiro Leonardo sugere o nome de Comissão sobre o Direito ao Trabalho, Educação e Seguridade Social. Nívia da Silva, representante do CNPJ, faz a sugestão de convidar para acompanhar os trabalhos da Comissão representante do Ministério Público do Trabalho. Presidente Frigo lê os nomes das 8 Comissões Permanentes já existentes e da nova comissão que está sendo proposta, com o nome definitivo de Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social. A Secretaria pode ser ouvida sobre a capacidade que o Conselho tem do ponto de vista operacional e de orçamento, até onde pode ser ampliado e seus limites. A conselheira Tchenna Maso ressalta que é a coordenação que motiva as comissões. Portanto, devido à diversidade dos grupos representados pelos conselheiros, os presentes poderiam assumir a coordenação das comissões, principalmente para que as mesmas funcionem, além de apontar quem do poder público irá compor as comissões, por questão de metodologia. Segundo o Presidente do CNDH as comissões existentes buscaram contemplar grandes blocos temáticos e de direitos, com algumas tendo iniciado suas ações recentemente. Com exceção da Comissão de Alimentação Adequada, as outras constituíram seus próprios coletivos, devendo ser analisado onde entrará a proposta de saúde mental. Relembra ainda diálogos com a CUT em 2016 para que assumissem o desafio de trazer para o campo dos direitos humanos o debate sobre os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, materializada com a proposta da nova Comissão. Dr. Patriota faz a sugestão de remanejar a Comissão de Direito à Alimentação Adequada, podendo coloca-la dentro de outra comissão, a fim de manter o mesmo número de comissões e ver como as mesmas ampliarão seu espectro. Sugere que a Comissão de Direito à Alimentação Adequada torne-se uma Subcomissão da nova Comissão ou ir para a Comissão de Direito a Cidade. O vice-presidente substituto Francisco concorda e faz a mesmas sugestões do Conselheiro Patriota, afirmando que a Comissão de Direito à Alimentação Adequada possui pendências, devendo torna-se uma Subcomissão dentro de outra Comissão. Para Nívia o Conselho deveria especificar o tema “Saúde Mental”, sugerindo a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, devido à ligação do tema com o sistema prisional. O Presidente Darci Frigo propõe que a nova Comissão seja dividida em três ou quatro Comissões, na qual haverá pessoas com *expertise* na área para

trabalharem o tema. Renata Studart, coordenadora-geral do CNDH, apresenta aos Conselheiros o contexto geral da criação, do papel e do andamento das Comissões. Segundo o Presidente alguém precisa liderar as Comissões, tomar frente da coordenação dos trabalhos, relembrando que esse é um dos problemas da Comissão de Direito a Alimentação Adequada. Sugere que as reflexões que estão sendo feitas na reunião ordinária sejam traduzidas posteriormente em reunião do grupo para discussão do formato da Comissão. As propostas que existem são dividir a Comissão em algumas outras comissões – três ou quatro - com indicação de pessoas preocupadas com o tema, ou em um trabalho de forma transversal por tema, sem a preocupação com uma estrutura específica. Renata afirma que havia indicação da DPU, porém não conseguia trazer as deliberações para o plenário. Os outros conselheiros, além da DPU, eram representantes do MNDH e do Movimento Pop. Rua. Dr. Patriota sugere ao Presidente uma proposta de alteração regimental, levando-se em consideração a questão do hiato entre o inicio e a eleição, e a posse e o início; sugere também a relatoria para os temas, e que esta relatoria, que estaria lotada em qualquer comissão, traga um produto para o plenário, com o objetivo de resolver temas considerados “móveis”. O conselheiro considera importante a discussão sobre pessoas que não são do Conselho coordenarem as Comissões. Conselheiro Marcos faz a observação de que quando se fala em “Conselheiros” entende-se que o Suplente também é Conselheiro. Ao se falar que os Conselheiros Titulares e Suplentes podem assumir pode dar uma dimensão maior para o Conselho, além de ajudar a dividir as tarefas, que são muitas. Dr. Patriota lê o artigo 13 do regimento interno do CNDH que trata do assunto em questão, afirmando que o regimento não especifica se os membros que podem coordenar uma Comissão serão Titulares ou Suplentes. O Conselheiro diz que, ao extrair essa interpretação do regimento, haverá mais quadros para os trabalhos. O Presidente Frigo diz ser necessário fazer uma discussão sobre o caso de existirem 8 Conselheiros Titulares para coordenarem as comissões, sendo que os Titulares podem ser coordenadores adjuntos ou relatores. Apesar de haver uma agenda que é construída a partir das proposições que chegam e então a mesa estabelece as prioridades, muitas coisas acontecem na dinâmica do Conselho, durantes os dois dias de reuniões. Portanto, as coordenações deveriam ser feitas por conselheiros e conselheiras titulares. Conselheiro Leonardo concorda que os Conselheiros Titulares devem coordenar as comissões. Porém, não pode haver nada impeditivo durante as reuniões que impeça a suplência de assumir a coordenação de alguma comissão. Conselheiro Paulo reforça a opinião do conselheiro Leonardo e afirma que deve-se estimular ao máximo a participação da suplência, inclusive por alguns membros suplentes possuírem *expertise* em algumas comissões e eventuais GT’s, devendo assumir tarefas no interior das comissões, como relatorias, dando robustez ao CNDH, além de uma maior qualificação dos temas. É uma contribuição de qualidade a da sociedade civil. O Presidente diz que deve haver, no mínimo, a presença dos Conselheiros Titulares nas reuniões das Comissões. Dr. Patriota faz uma consideração politica ao afirmar que nunca houve restrição da atuação dos suplentes na prática. São 22 Titulares e, no caso da sociedade civil, os 11 foram as entidades escolhidas, sem diminuir a atuação do Suplente. A conselheira Deborah pondera a respeito do papel do coordenador da Comissão, pois as comissões são instrumento para a deliberação do plenário. Então é importante ter alguém que tenha a noção de transversalidade dos assuntos que chegam que parecem ser de apenas uma única comissão, mas perpassam várias delas. Sugere que deve haver um esforço para que o coordenador da comissão seja um conselheiro ou conselheira titular, estimulando ao máximo a presença e participação do suplente. A decisão quanto à coordenação das comissões ficou, portanto, com prioridade dada aos titulares, porem não havendo restrição aos suplentes. O Presidente do Conselho sugere que o ponto agora seja a composição das comissões. Conselheiro Leonardo diz que a escolha quanto ao coordenador das comissões deve ser do plenário, inclusive se for para indicar o suplente. Deborah sugere definir hoje a composição integral das comissões. A presidência deveria

mandar ofícios aos órgãos públicos para que indicassem representantes em todas as comissões. O Presidente diz que fará o encaminhamento aos órgãos públicos. É aprovada a criação da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social. Conselheira Diana afirma que acompanhou a dificuldade das comissões no ano passado em se reunirem e produzirem. Sugere que o tema de restrição aos direitos sociais deve-se ser tratada pelo plenário devido à urgência. Tem receio de o tema ir para uma comissão e não haver resultado efetivo. Presidente Frigo afirma a Conselheira Diana que o Conselho precisava se posicionar com relação à questão dos direitos trabalhistas e reforma da previdência, e que o plenário poderá voltar a questão por ela proposta e fazer um encaminhamento sobre a questão como emergencial para que o Conselho manifeste-se imediatamente com relação as reformas. O vice-presidente substituto Francisco sugere que, com relação à nova comissão, pode haver o encaminhamento para extingui-la, readequá-la ou mantê-la, pois fora a DPU existem outras instituições que não foram ouvidas. Para a composição da Comissão da População em Situação de Rua estão o Conselheiro Marcos, há a indicação do Dr. Eduardo Valério Ferreira MPF/SP como convidado, por parte da Conselheira Diana. Para o Conselheiro Leonardo o plenário deve deliberar sobre o coordenador ou coordenadora da Comissão, sendo que este terá a responsabilidade de construir a composição da Comissão. Presidente Frigo também concorda em fazer um encaminhamento e não discutir composição nesse momento, havendo apenas a distribuição como conselheiros. Para a Comissão de Privação de Liberdade estão a OAB, Justiça Global, CFP, MNMMR, MRE. Na Comissão de Comunicação e Liberdade de Expressão estão INTERVOZES e ABGLT. Na Comissão de Defensores de Direitos Humanos e Criminalização de Movimentos Sociais estão a JUSTIÇA GLOBAL, DHESCA, UNISOL, CIMI, MNDH, CONECTAS, ANAB, INTERVOZES. Para a Comissão de Direito à Cidade estão a CUT, UNISOL e CNPG. Na Comissão de Direito a Alimentação Adequada está o DPU. Em Segurança Pública estão a OAB, PF, CONECTAS, MNMMR e MNDH. Direito a Terra: CIMI, PF, Plataforma DHESCA, MAB, CFP e DPU. Trabalho, Educação e Seguridade Social: CUT, UNISOL, CTB. Segundo o Presidente, nos três primeiros meses desse ano o Conselho deve fazer o processo de constituição das comissões. É feita pausa na reunião para continuação no turno da tarde.

Na parte da tarde, o presidente Frigo inicia tratando sobre a definição das comissões e indica necessidade de priorizar as pautas devido ao tempo, portanto não seria viável determinar pautas para as comissões, focando apenas na definição dos coordenadores e posterior definição do calendário do Conselho e na aprovação da Nota sobre a criação do Ministério dos Direitos Humanos e sobre o emprego das Forças Armadas dentro dos presídios. A UBM, suplente do CIMI, pediu para ser inserida na Comissão de Criminalização e na de Liberdade de Expressão e o MNDH na Comissão de Direito à Cidade. Na escolha das coordenações para a Pop Rua ficou o MNMMR, uma vez que não foi possível contatar o suplente Leonildo que havia pedido a coordenação dessa Comissão; a de Privação de Liberdade ficou a cargo da OAB; na de Comunicação e Liberdade de Expressão ficou a INTERVOZES; para a Defensores de Direitos Humanos ficou a Justiça Global; para a Direito à Cidade ficou, temporariamente devido à disponibilidade de tempo, o CNPG; para a Alimentação ficou a DPU; para a de Segurança Pública ficou a Polícia Federal; a de Povos Indígenas, Quilombolas ficou a cargo do CIMI; para a nova comissão do Trabalho, Educação e Seguridade Social ficou a UNISOL. Marquinhos faz crítica sobre como, por vezes, fica a sociedade civil com os maiores encargos, mas na hora da deliberação o governo tomava parte, indicando falta de responsabilização e participação do governo. A partir disso os conselheiros tratam sobre a ausência dos outros órgãos do governo que não comparecem à reunião. Deborah faz referência ao regimento do CNDH e indica como os representantes do Congresso nunca foram e naquele momento sequer havia representante da SDH e sugere que sejam tomadas providências como envio de ofício, marcação de reunião com os conselheiros faltantes. A conselheira Tchenna faz sugestão

do enfoque com os meios internacionais para que sejam tratados temas transversais com todos os outros tratados pelo Conselho, para ver se assim conseguem maior engajamento do governo. Deborah faz leitura de parte do regimento que indica que os conselheiros faltantes sem justificativa podem, e devem, ser substituídos pelas instituições que representam. A Coordenadora Renata esclarece que a Câmara tem indicação, mas que nunca aparecem, embora a Secretaria-Executiva sempre ligue e sempre oficie. Quanto ao Senado não tem indicação, mas ainda assim são oficiados para que o façam. Conselheiro Patriota esclarece que não adiante serem enviados assessores na condição de Conselheiros. Paulo indica também necessidade de maior articulação entre os Conselhos para que haja fortalecimento e aumento da interação, pensando as pautas que são transversais. Ismael sugere que seja criado um GT para fazer uma intervenção junto aos parlamentares, para procurá-los, pois entendem que a participação deles é de suma importância para o encaminhamento das questões do Conselho. O Conselheiro Marcos coloca a importância da participação de entidade governamental para fortalecer o teor como busca do CNDH e não só da sociedade civil, quanto ao diálogo com os conselhos ele aponta a importância disso para a autonomia deles e para o fortalecimento da democracia participativa. Esse GT ficou composto pelos conselheiros Ismael, Gilberto, Marco. Quanto ao calendário do Conselho ficou determinado que, apesar de a princípio o intuito era de tornar as reuniões bimensais, no entanto, percebe-se que a demanda é muito grande e elas permanecem mensais. A Conselheira Deborah coloca a sugestão de mudança dos dias de reunião, pois a sexta feira aumenta o número de faltantes e não se pode encaminhar nada no dia seguinte. As reuniões, a partir de abril, ficaram para a quarta semana do mês na quarta e quinta. A reunião de dezembro ficou para o dia 13 podendo ser alterada conforme necessidade posteriormente. Passaram para a aprovação da nota sobre o emprego das forças armadas nos presídios, foram feitas correções ao texto morfológica e semanticamente, houve discussão sobre o uso esporádico ou permanente das forças armadas. A conselheira Clarice indica que elas serão usadas em momentos específicos e não de forma permanente. Os conselheiros Deborah, Nivea e Patriota sustentaram que a permanência de forma esporádica, em momentos emergenciais, pode se tornar constante. Adicionaram o próprio decreto na nota, Clarice sugeriu que fosse retirada a sentença “e não episódico”, no entanto, a Nota foi aprovada com a inclusão do decreto, algumas alterações gramaticais, exceto a supressão do “e não episódico” com destaque para os votos contrários do MJ, da PF, da SDH e do MRE. Voltando para a resolução do calendário, ficou definido quando iriam ocorrer as comissões (antes da reunião plenária, portanto segundas e terças). Para o mês de março ficou definido no dia 07 Terra e Segurança e para o dia 08 Pop Rua e Privação de Liberdade, a exceção da de Trabalho que ficaria para ser dia 21 ou 24 de fevereiro. Chico propõe a criação de comitiva para agendar audiência com o ministro da justiça, em conjunto com o CONANDA para encaminhar algumas pautas, para posteriormente, quando a recém empossada Ministra dos Direitos Humanos estiver a par da situação do SINASE propor outra audiência com ela. A comitiva ficou composta por Paulo (CFP) e Clarice (MJ) por parte do CNDH. Quanto à Nota da criação do Ministério dos Direitos Humanos, ela causou muitas divergências entre os conselheiros e as conselheiras, uma vez que o próprio posicionamento é diverso, ficando entre apoiar a criação por ser algo há muito desejado pelo Conselho ou criticar a forma como o Ministério foi criado, por este motivo ficou decido não publicar qualquer Nota. O presidente Darci Frigo encerrou a reunião.